

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR NO STF. PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. AUXÍLIO DIRETO. PLEITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGUÊS. TRATADO DE AUXÍLIO MÚTUO EM MATÉRIA PENAL. DECRETO 1.320/94. OITIVA DE PRESO. CUSTÓDIA PARA FINS DE EXTRADIÇÃO SUBMETIDA AO STF. COMPETÊNCIA. CARTA ROGATÓRIA E *EXEQUATUR* NO STJ. DESNECESSIDADE. AGRAVO PROVIDO.

1. O pedido de cooperação jurídica internacional, na modalidade de auxílio direto, possui natureza distinta da carta rogatória. Nos moldes do disposto nos arts. 28, 33, *caput*, e 40, todos do Código de Processo Civil, caberá auxílio direto quando “*a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira*”, enquanto necessitará de carta rogatória quando for o caso de cumprir decisão jurisdicional estrangeira.

2. Formulado pedido de assistência direta pelo Ministério Público português ao *Parquet* brasileiro, com base em tratado internacional de mútua cooperação em matéria penal, firmado entre Brasil e Portugal – Decreto 1.320/1994 –, o cumprimento em território pátrio depende de mero juízo de delibação, sendo desnecessária a atuação homologatória em *exequatur* pelo Superior Tribunal de Justiça.

3. Encontrando-se o preso sob a custódia do Supremo Tribunal Federal, para fins de extradição, a esta Corte deve ser dirigida a comunicação de que o custodiado será ouvido em razão de pedido de cooperação formulado pela autoridade central portuguesa e encaminhado ao Ministério Público brasileiro.

4. Agravo regimental provido.

PET 5946 / DF

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em dar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Senhor Ministro Edson Fachin, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator.

Brasília, 16 de agosto de 2016.

Ministro **EDSON FACHIN**
Redator para o acórdão

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO	: MIN. EDSON FACHIN
ACÓRDÃO	
REQTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Marcos Paulo Dutra Santos:

A Procuradoria-Geral da República, veiculando pedido de cooperação jurídica internacional formulado pelo Ministério Público português, postula a oitiva de Michael Thomas Lynn, preso preventivamente no Brasil, por força da extradição nº 1.326, da relatoria de Vossa Excelência, e da esposa, Brid Christina Murphy. A audição relaciona-se com a suposta obtenção fraudulenta de múltiplas hipotecas, vinculadas a mais de 100 propriedades, junto a diferentes instituições financeiras, resultante em prejuízo superior a 80 milhões de euros. O extraditando ainda teria se apropriado de mais de 7 milhões de euros, concernentes a investimentos, intermediados pelo investigado, realizados por cerca de 160 cidadãos irlandeses em empreendimento hoteleiro, intitulado Kendar All Seasons, situado em Razlog, Bansko, Bulgária. Alguns desses delitos repercutiram em Portugal, motivo pelo qual requer, quando da inquirição dos investigados, sejam confrontados com a documentação referida à folha 12 à 14.

Esclarece o Procurador-Geral da República que o pleito de colaboração jurídica internacional é autônomo em relação à extradição nº 1.326, versando sobre crimes diversos. Anoto que a Turma, em 16 de dezembro de 2014, assentou a viabilidade da

PET 5946 / DF

extradição e, em 16 de fevereiro de 2016, proveu, parcialmente, os embargos de declaração interpostos pelo extraditando para retificar, presente a detração, a data de cumprimento do mandado de prisão, tendo a publicação do último acórdão ocorrido no dia 29 de março seguinte.

Vossa Excelência declarou não caber ao Supremo apreciar a questão, declinando da competência para o Superior Tribunal de Justiça.

A Procuradoria-Geral da República formalizou agravo, alegando a desnecessidade de concessão de *exequatur*, na forma do preceituado no artigo 216-O do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, por tratar-se de pedido de cooperação jurídica internacional, veiculado na modalidade de auxílio direto, e não de decisão judicial portuguesa, sujeita à delibação pelo Superior. Aduz ter recorrido ao Supremo por estar o investigado submetido à custódia deste, considerada a prisão preventiva implementada na extradição nº 1.326, requerida pelo Governo da Irlanda. Salienta a urgência na oitiva do extraditando, apontada pelas autoridades portuguesas.

É o relatório.

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR):

COMPETÊNCIA – PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. O Supremo Tribunal Federal é incompetente para apreciar pedido de cooperação jurídica internacional.

Na interposição do agravo, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. Intimada a Procuradoria-Geral da República em 26 de abril de 2016, terça-feira, formalizou-se o recurso em 12 de maio imediato, quinta-feira, dentro do prazo de quinze dias, versado no § 5º do artigo 1.003, considerados os dias úteis, nos moldes do artigo 219, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Conheço.

Reporto-me ao consignado quando assentei a incompetência do Supremo para examinar o pedido de cooperação formulado pelo Procurador-Geral da República:

[...]

2. O Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal, firmado entre os governos português e brasileiro, promulgado pelo Decreto nº 1.320, de 30 de novembro de 1994, dispõe, no artigo 4º, parágrafo 1, que “o pedido de auxílio é cumprido em conformidade com a lei da Parte requerida”. Assim, consoante dispõe o artigo 40 do Novo Código de Processo Civil, reiterando a regra contida no inciso I do artigo 202 do Código de 1973, a carta rogatória é instrumento próprio à cooperação internacional entre Judiciários. Vale notar que, em Portugal, o Ministério Público integra esse Poder, uma vez disciplinado no Capítulo IV da Constituição portuguesa, constante do Título V, reservado aos “Tribunais”.

PET 5946 / DF

No mais, a alínea “i” do inciso I do artigo 105 da Constituição Federal preceitua ser da competência de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça a concessão de *exequatur* a cartas rogatórias. É neutra a existência de processo de extradição em desfavor de um dos investigados, porquanto a pretendida inquirição versa sobre fatos diversos.

[...]

Os fundamentos veiculados pelo Procurador-Geral da República à folha 33 à 39 apenas reforçam a incompetência do Supremo para examinar o pleito de auxílio. O § 1º do artigo 216-O do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, incluído pela Emenda Regimental nº 18/2014, preconiza que “será concedido *exequatur* à carta rogatória que tiver por objeto atos decisórios ou”, grifo, “não decisórios”, esclarecendo o § 2º que “os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo deliberatório do Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados de carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto”.

Considerados os preceitos constitucionais, legais e regimentais citados, ao Superior Tribunal de Justiça cumpre aferir se o presente pedido desafia ou não juízo de delibação, não ao Supremo. A circunstância de o investigado encontrar-se preso preventivamente, por força da extradição nº 1.326, não dá ao último competência para conhecer do pleito, mesmo porque são fatos diversos.

Ante a finalidade do requerimento – notificação e inquirição do extraditando Michael Thomas Lynn e da esposa, Brid Christina Murphy, para instruir procedimento investigatório penal em curso em Portugal –, em tese o Procurador-Geral sequer precisaria ter acionado o Poder Judiciário, presente a regra do artigo 32 do Novo Código de Processo Civil, consoante a qual, “no caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional”, como é na espécie, por tratar-se de ato de investigação, “a autoridade

PET 5946 / DF

central”, ou seja, o Procurador-Geral da República, “adotará as providências necessárias para seu cumprimento”. Outra não é a orientação do Supremo, em situação idêntica a esta, revelada no pronunciamento monocrático do ministro Maurício Corrêa de 29 de setembro de 2003, publicado no Diário da Justiça de 10 de outubro seguinte, no qual tampouco foi conhecido o pedido formalizado na carta rogatória nº 10.920.

Optou-se por provocar o Judiciário, e a pretensão mostra-se estranha à competência do Supremo.

Desprovejo o recurso, mantendo a decisão agravada.

É como voto.

16/08/2016**PRIMEIRA TURMA****PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Senhor Presidente, eminentes Pares, ilustre Ministro Marco Aurélio, Relator desta Petição 5.946 já em sede de agravo regimental, hauri do relato de voto de Sua Excelência, bem como da peça inicial do agravo, que o tema de fundo em debate aqui, Senhor Presidente, diz respeito à espacialidade da cooperação judiciária direta e do cabimento da carta rogatória quando necessário obter eficácia interna para execução de decisão oriunda do Poder Judiciário de país que demanda esta produção eficaz no território brasileiro.

A posição do eminente Relator, se bem deparei, é remeter ao Superior Tribunal de Justiça. Tomo a liberdade de registrar que, em meu modo de ver, antecede quicá esta remessa a definição da natureza jurídica do que se está a observar no caso concreto. E, com o devido respeito, entendo que, na hipótese, não incide o conjunto de regras atinentes à carta rogatória, já que se trata de oitiva de preso cuja circunstância decorre precisamente de um pedido de extradição, cuja competência, pelo menos, nos dias atuais, ainda se situa na seara deste Supremo Tribunal Federal.

Agrego, a esses argumentos, a fundamentação que vem na inicial do agravo regimental à luz do novo Código de Processo Civil, nomeadamente nos arts. 28 e 33, referindo-se a este fenômeno dos pedidos de assistência direta. E, no caso, trata-se, a rigor, de produção probatória e oitiva de testemunho, o que, em meu modo de ver, nessa seara da assistência jurídica internacional, não desafia o mecanismo da carta rogatória e do respectivo *exequatur*.

Portanto, nessa direção, Senhor Presidente, estou pedindo todas as vênias para entender que a hipótese é de cooperação direta. E, ao assim fazê-lo, entendo que efetivamente o auxílio direto, tal como indicado,

PET 5946 / DF

nesta hipótese, pelo Ministério Público, em face da relação bilateral entre o Brasil e Portugal e do juízo de competência da autoridade central, peço todas as vênias para votar no sentido do provimento do agravo regimental.

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, só para acrescentar. É que o Ministro Fachin citou, mas eu gostaria de destacar também que, derivado de uma jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça num caso específico, o Brasil evoluiu para outras modalidades de cooperação jurisdicional internacional e erigiu uma nova modalidade que se denomina de auxílio direto. E esse auxílio direto, segundo o Código, ele:

"Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil."

Então, aqui, não há um juízo de delibação. Na verdade, é a oitiva, no Brasil, do Senhor Michael Thomas.

E eu reforço ainda esse entendimento com força no art. 33 do novo Código, que estabelece o seguinte:

"Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.

Parágrafo único. O Ministério Público requererá em juízo a medida solicitada quando for autoridade central."

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Daí, eu ter feito referência ao 32 do novo Código e ter sinalizado que o Procurador poderia ter operado o que pretendido pelo governo estrangeiro.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Então, também estou só agregando, que é um caso novo e a matéria é nova, só para, digamos assim, trazer ao debate isso exatamente, assentando ainda que: com efeito, ainda que se cuide de pedido formulado por autoridade estrangeira mediante carta rogatória, o pleito não se destina à execução

PET 5946 / DF

de decisão estrangeira no Brasil. Ou seja, não haverá produção de efeitos jurídicos no país, cuida-se apenas de oitiva destinada a instruir o processo penal, em curso, em Portugal.

Assim, não há necessidade de concessão de *exequatur* ao pleito do governo português...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Mas, aí, Ministro, eu penso que essa matéria deve ser decidida pelo Superior Tribunal de Justiça; que ele diga, porque ele é o competente para definir a questão.

Eu apenas sinalizei que o Procurador, como poder central, autoridade central, ele poderia ter acionado o 32 do novo Código.

É interessante, a matéria.

Agora, deixar isso aqui no Supremo se o próprio Procurador-Geral da República poderia ter providenciado.

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE) - Também achei interessante a questão. Havia me impressionado com a decisão do Ministro Marco Aurélio, pedi um pequeno estudo que resumo na seguinte ementa:

O gênero cooperação jurídica internacional comporta as espécies: homologação de sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto. Essa última - o auxílio direto - distingue-se das cartas rogatórias por não veicular providência requerida por autoridade judiciária estrangeira, em processo judicial.

2. O auxílio direto consiste na obtenção de providências, em jurisdição estrangeira, de acordo com a legislação do Estado requerido, por meio de autoridades centrais indicadas no tratado que o estabeleça, e prescinde do juízo de delibação a ser proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.

A providência requerida, no caso sob exame, oitiva de indivíduo preso por ordem do Supremo se subsume ao previsto no art. 28 do Código de Processo Civil.

O pedido ministerial consiste em mera deferência ao Tribunal para acessar o custodiado, que se encontra segregado por força de decisão proferida pela Corte.

Portanto, Ministro Marco Aurélio, pedindo todas as vênias, penso que o que justifica a vinda ao Supremo é que este indivíduo cuja oitiva se pretende está custodiado por ordem do Supremo. Por isso, pediu-se a autorização ao Supremo, o que me parece uma intelecção razoável, com todas as vênias.

16/08/2016

PRIMEIRA TURMA

PETIÇÃO 5.946 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Qual é a consequência da óptica da maioria? Petição é nomenclatura, porque não se tem nomenclatura específica, quanto a autuação, para o processo. A petição volta ao relator ou a Turma simplesmente autoriza a oitiva?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE) - Penso que ao dar provimento ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Apenas para liquidar-se esses processos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE) - É, estou pensando junto com Vossa Excelência. Ao dar provimento, nós estamos autorizando a oitiva dessa testemunha.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Assentando a competência e autorizando a oitiva.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE) - Isso, isso. Vossa Excelência gostaria de mudar a redatoria do acórdão?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Sim, Presidente, gostaria, porque mais confortável, para mim, é a mudança.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

PETIÇÃO 5.946

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Senhor Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator. Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. 1ª Turma, 16.8.2016.

Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma